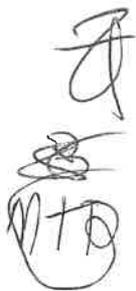




Relatório de Atividades 2024





Introdução

O presente documento tem como principal objetivo apresentar o **Relatório Anual de Atividades da Associação de Reformados e Pensionistas de São José de Vila Verde**, adiante designada por Associação. Este documento pretende mostrar a estratégia e o trabalho desenvolvido nas valências de **Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas**, no ano de 2024.

Em fevereiro de 2024, com o reforço na equipa com duas prestadoras de serviços, uma para a área técnica e outra para a área da gestão, foi necessário repensar o plano de atividades que estava delineado para o ano de 2024.

Assim, em março de 2024, foi apresentado à direção e aprovado por unanimidade, um Plano Estratégico, que complementou o Plano de Atividades existente e que passamos a reproduzir, tendo em conta que foi a estratégia que moldou o trabalho realizado durante o ano de 2024:

“ PLANO ESTRATÉGICO ADOTADO PARA O ANO DE 2024:

A Associação de Reformados e Pensionista de São José de Vila Verde é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada em 1998, com intervenção comunitária, dirigida à população idosa, que visa a prestação de serviços de qualidade no âmbito das respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Tem como objetivo contribuir para a promoção de autonomia, a integração social e a promoção da saúde, proporcionando um envelhecimento ativo, saudável e inclusivo.

O Plano Estratégico por norma apresenta-se num horizonte temporal superior a um ano, no entanto, considerando a duração da nossa colaboração, a apresentação circunscreve-se ao ano de 2024, e, tal como o nome indica, pretende definir a estratégia proposta a adotar para este novo ciclo de gestão, considerando as necessidades diagnosticadas e os objetivos de licenciamento e sustentabilidade das respostas sociais, que se pretende alcançar.

Reconhecendo a ambição que o presente Plano Estratégico reflete, considerado o atual contexto socio económico, caracterizado por um aumento generalizado do custo de produtos e serviços, e, cientes das exigências legais do setor em que se opera, será fulcral, reforçar a responsabilidade e o compromisso da Direção em funções, contando, para a sua concretização, com o empenho e dedicação de todos os dirigentes, trabalhadores, colaboradores e parceiros.

INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico aqui apresentado, estabelece as prioridades da Associação de Reformados e Pensionistas de São José de Vila Verde para o ano de 2024.

O presente Plano Estratégico resulta de um trabalho de diagnóstico de necessidades que encontramos, para que a Associação garanta a manutenção da sua missão, dos seus valores e da sua visão.

Para este diagnóstico foram realizadas reflexões com o envolvimento de elementos da direção e alguns colaboradores.

As linhas gerais de orientação estratégica são:

Afirmar a Associação como uma Instituição reconhecidamente competente e confiável na área em que opera.

Promover respostas sociais inovadoras e que contribuam para a sustentabilidade financeira da Associação.

VALORES - Os pressupostos da intervenção fundamentam-se nos Direitos e nos Princípios reconhecidos pelas Nações Unidas (ONU,1991) de Independência, Participação, Dignidade, Assistência e Auto- Realização da Pessoa Idosa.

VISÃO - A Associação de Reformados e Pensionistas de São José de Vila Verde pretende ser reconhecida pelos vários parceiros, como uma instituição de solidariedade credível, com respostas ajustadas às necessidades sociais da comunidade, em particular da população idosa do Concelho.

MISSÃO - Prestar serviços de qualidade à pessoa idosa com o objetivo de contribuir para a promoção de autonomia, a integração social e a promoção da saúde, proporcionando um envelhecimento ativo, saudável e inclusivo.

A análise Swot foi o instrumento utilizado para este planeamento estratégico. Esta análise consistiu na recolha de elementos importantes que caracterizam o **ambiente interno** (forças e fraquezas) e **externo** (oportunidades e ameaças) da Associação.

<p>FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ☺ Serviço em funcionamento os 7 dias ☺ SAD – resposta prioritária a implementar no concelho de Sintra ☺ Existência de candidatos que garanta a lotação da capacidade das respostas sociais ☺ Existência de licença de utilização da CMS 	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ☺ Respostas sociais tipificadas e passíveis de serem financiadas pelo ISS ☺ Viabilidade de protocolar a resposta de SAD com a CMS, até obtenção do licenciamento do ISS ☺ Diversificar serviços nas Respostas Sociais com vista à sua rentabilização ☺ Potencial de crescimento do público alvo
<p>FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ☹ Recursos económicos insuficientes ☹ Falta de estrutura física para expandir serviços ☹ Recursos Humanos pouco especializados ☹ Inexistência de Diretor Técnico ☹ Respostas não licenciadas pelo ISS 	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ☹ Frota automóvel desgastadas, potenciando custos elevados de combustível e manutenção; ☹ Dificuldades de Liquidez de tesouraria para cumprir com todos os compromissos financeiros, nomeadamente os vencimentos dos colaboradores até ao último dia do mês ☹ Resposta de ERPI em funcionamento sem licença da CMS e do ISS

Com base nos vários elementos identificados, definimos os seguintes objetivos:

Adequar procedimentos para se requerer o licenciamento das Respostas Sociais de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário.

Minorar as dificuldades de liquidez financeira da Associação.

Aumentar a notoriedade da Associação na área da prestação de serviços ao idoso.

Melhorar as competências técnicas dos Recursos Humanos afetos às respostas sociais.

PLANO DE AÇÃO:

Objetivo 1 - Adequar procedimentos para se requerer o licenciamento das Respostas Sociais de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário - Ações:

- Realizar reunião conjunta com a Segurança Social – Eng^ª Magda Tavares (Licenciamentos) e com a Câmara Municipal de Sintra – Vereador Dr. Eduardo Quinta Nova, para se definir a estratégia de atuação face ao processo de licenciamento.
- Solicitar junto da Segurança Social, Dr^ª Isabel Gomes, o estado em que se encontra o processo de licenciamento existente, para Centro de Dia e para Serviço de Apoio Domiciliário.
- Reunir com Gabinete de Arquitetura para um ponto de situação quanto à adequação do projeto à legislação atual, nomeadamente no licenciamento das respostas de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário.
(Face à atual legislação sobre as licenças de utilização em que é a Instituição e um arquiteto que assumem a responsabilidade, questionar quanto à adequação das infraestruturas para as respostas que se pretendem desenvolver. Esta responsabilidade aplica-se às instalações e ao pessoal e é feita através de uma comunicação prévia).
- Reunir com o fornecedor do equipamento de cozinha, para obter uma declaração sobre as características do equipamento ou de manutenção do equipamento, que comprove a capacidade do equipamento para a resposta que se pretende.
(Em relação à cozinha, a legislação também veio facilitar estes processos de licenciamento, ou seja, neste momento não é apenas a metragem da cozinha que conta para a análise, com vista o licenciamento).
- Decidir quanto ao licenciamento da resposta de ERPI.
(Esta resposta não tem alvará por parte da CMS, uma vez que não estava contemplada no projeto de construção inicial e também não faz parte do projeto de alterações entregue em 2019. Se a intenção for o licenciamento de uma ERPI, a capacidade não deverá ser superior a oito utentes, pelo que se sugere que a Direção não tome esta decisão sem realizar um estudo de viabilidade financeira. A ERPI licencia-se com uma comunicação prévia com prazo, junto da Segurança Social, por ser uma resposta com carácter residencial. O ISS tem 30 dias para se pronunciar).
- Contactar a empresa que elaborou as Medidas de Autoproteção e solicitar o trabalho realizado, necessário à finalização da submissão do pedido de licenciamento junto da Segurança Social.
- Solicitar ao CLAS, parecer prévio quanto à importância da Associação no Concelho.
- Apresentar candidatura ao programa Ativar.pt do IEFP, para o recrutamento de um técnico superior de serviço social para realizar um estágio profissional com a duração de



9 meses, remunerado e cofinanciado pelo IEFP. O objetivo deste estágio é a preparação e integração deste técnico para, tendo uma boa avaliação, poder assumir a direção técnica das respostas sociais, sendo uma das exigências legais ao licenciamento.

- Produzir os documentos exigidos legalmente para as Respostas Sociais, a saber: Regulamento interno, Contrato de Prestação de Serviços, Organograma, Manual de Acolhimento, Manual de Definição de Funções, Plano de Atividades das Respostas Sociais, Processo Individual de Utente e Metodologia de procedimentos diversos no âmbito da intervenção.
- Realizar reuniões de acompanhamento com a Direção.
- Realizar reuniões de supervisão de trabalho com a equipa de trabalho.

Objetivo 2: Minorar as dificuldades de liquidez financeira da Associação - Ações:

- Recorrer a candidaturas externas para o financiamento da atividade e/ou alargamento dos serviços, nomeadamente:
 - Apresentar candidatura ao PAFI da Câmara Municipal de Sintra, para a melhoria das condições das infraestruturas e para o desenvolvimento do plano de atividades de animação da resposta de Centro de Dia.
 - Justificar a utilização de verba do PAFI de 2023, em necessidades que não foram objeto de candidatura. (Será necessário fazer uma fundamentação à CMS, com o envio de despesas de cerca de 5.000€, com o objetivo de não devolver verba).
 - Apresentar candidatura ao Fundo de Socorro Social, para o equilíbrio financeiro, tendo em conta as receitas insuficientes e as dívidas existentes.
 - Preparar um modelo de candidatura a apoio financeiro, no âmbito da Responsabilidade Social das empresas, para apresentar a parceiros e empresas do Concelho.
 - Candidatura ao IEFP para beneficiar de incentivos financeiros para o pagamento do Técnico Superior, durante 9 meses.
- Viabilizar um protocolo de cooperação com a Segurança Social, que permita a comparticipação financeira dos serviços..
- Viabilizar um protocolo de financiamento da resposta de SAD, enquanto não estiver assinado o Acordo de Cooperação com a Segurança Social, com uma verba de 200€/utente.
- Definir uma política de gestão e controlo de custos, nomeadamente com uma análise de custos, através do diagnóstico de compras a realizar por entidade externa, sem custos para a Associação – SocialShop.
- Definir uma política de aumento de receitas, nomeadamente com:
 - Angariação de donativos com a realização de atividades pontuais.
 - Implementar a adesão a quota de sócio como critério de admissão na resposta de Centro de Dia.
 - Avaliar as mensalidades praticadas e equacionar pequenos aumentos.
 - Definição de custo real por utente para cada resposta social.



Handwritten signature and initials, possibly 'MTB', in black ink.

Objetivo 3: Aumentar a notoriedade da Associação na área da prestação de serviços ao idoso – Ações:

- *Melhorar a comunicação interna e externa da Associação.*
- *Implementar procedimentos administrativos/legais inerentes ao funcionamento adequado das respostas sociais.*
- *Promover a participação da Associação nas iniciativas da Rede Social do Concelho.*
- *Criar parcerias credíveis que ajudem a Associação a alavancar a sua atividade.*

Objetivo 4: Melhorar as competências técnicas dos Recursos Humanos afetos às respostas sociais – Ações:

- *Implementar o Manual de Acolhimento e o Manual de Descrição de Funções.*
- *Levantamento de necessidades de formação.*
- *Promover a participação em ações de formação adequadas às necessidades.*
- *Realizar reuniões de supervisão com as equipas.”*

Aprovado este plano estratégico, começou um trabalho de dedicação aos objetivos definidos, com vários constrangimentos no caminho, nomeadamente ao nível financeiro.

Uma Instituição a funcionar sem apoios financeiros regulares, não tem um trabalho facilitado, pois as melhorias e os investimentos estão sempre condicionados.

No entanto, e, apesar de não ter sido um percurso fácil, conseguimos atingir alguns dos objetivos que muito contribuíram para a melhoria da nossa atividade e que, futuramente, nos vão trazer a tão desejada comparticipação financeira por parte da Segurança Social.

Passamos a elencar o trabalho realizado e alguns dos objetivos alcançados:

PROCESSO DE LICENCIAMENTO DAS RESPOSTAS SOCIAIS

- Reunião conjunta com a Segurança Social e Câmara Municipal de Sintra;
- Reunião com Gabinete de Arquitetura;
- Contacto com empresa que elaborou as Medidas de Autoproteção – pedido de vistoria;
- CLAS - parecer prévio quanto à importância da Associação no Concelho.
- Candidatura ao programa Ativar.pt do IEFP, para o recrutamento de um técnico superior de serviço social – estágio que decorreu entre os meses de setembro a janeiro e que permitiu a realização de algum trabalho técnico, nomeadamente atualização de processos de utente e realização de visitas domiciliárias no SAD;
- Organização, atualização e criação dos documentos exigidos legalmente para as Respostas Sociais, a saber: Regulamento interno, Contrato de Prestação de Serviços, Organograma, Manual de Acolhimento, Manual de Definição de Funções, Plano de Atividades das Respostas Sociais, Processo Individual de Utente e Metodologia de procedimentos diversos no âmbito da intervenção;
- Realização de reuniões de acompanhamento com a Direção;
- Realização de reuniões de supervisão de trabalho com a equipa de trabalho;





MINORAR AS DIFICULDADES DE LIQUIDEZ FINANCEIRA

- Apresentação de candidatura ao PAFI da Câmara Municipal de Sintra, para a melhoria das condições das infraestruturas e para o desenvolvimento do plano de atividades de animação da resposta de Centro de Dia;
- Justificação da utilização de verba do PAFI de 2023, com necessidades que não foram objeto de candidatura;
- Candidatura extraordinária à União das Freguesias de Sintra, que nos permitiu um apoio financeiro de 1.500€;
- Candidatura à União das Freguesias de Terrugem e São João das Lampas, que nos permitiu um apoio financeiro de 3.500€;
- Candidatura ao IEFP para beneficiar de incentivos financeiros para o pagamento do Técnico Superior;
- Formalização de um protocolo de financiamento da resposta de SAD, com a Câmara Municipal de Sintra, que nos permitiu o recebimento de uma de duas tranches de 13.200€;
- Definição de uma política de gestão e controlo de custos, nomeadamente com uma análise de custos, através do diagnóstico de compras realizado por entidade externa, sem custos para a Associação – SocialShop;
- Definição de uma política de aumento de receitas, nomeadamente com:
 - Angariação de donativos com a realização de atividades pontuais, nomeadamente com a venda de rifas, venda de broas e filhoses;
 - Abertura da Loja Social com recurso a espaço cedido e a voluntariado;
 - Ligeira atualização das mensalidades;
 - Definição de custo real por utente para cada resposta social, que nos permitiu ter uma perceção mais realista dos custos de cada resposta social.





AUMENTO DA NOTORIEDADE

- Melhoria da comunicação interna e externa da Associação;
- Implementação de alguns procedimentos administrativos/legais inerentes ao funcionamento adequado das respostas sociais;
- Participação em algumas iniciativas da Rede Social do Concelho;
- Realização do almoço comemorativo do aniversário da Associação no salão de festas da PetroSintra, espaço cedido gratuitamente;
- Aposta na imagem das equipas com encomenda de fardamento novo, através do patrocínio da Funerária de São João das Lampas.



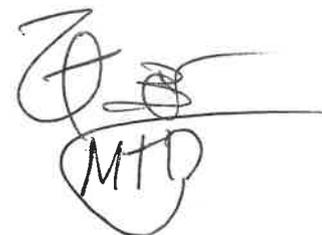
MELHORAR AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DOS RECURSOS HUMANOS

- Elaboração do Manual de Acolhimento e o Manual de Descrição de Funções;
- Reforço de ações de formação adequadas à função de cada colaborador e às necessidades identificadas num diagnóstico de formação realizado;
- Realização de reuniões de supervisão de trabalho com as equipas;
- Reforço da equipa técnica com recurso ao voluntariado, através da permanência na Associação de uma técnica superior de serviço social que permitiu a reorganização de procedimentos de trabalho importantes para a eficácia que se pretende para a Associação.



A Associação, preparou-se para a contratação de uma Direção Técnica, cargo obrigatório num processo de funcionamento de respostas sociais, que assumirá a coordenação técnica das respostas, assumindo a responsabilidade pela sua organização, segurança e qualidade dos serviços prestados, garantindo a gestão dos recursos humanos e definindo as funções adequadas a cada função.

Com o propósito de conseguirmos desenvolver as atividades propostas no Plano de Atividades e no Plano de Ações aprovado para o ano de 2024, foi apresentada candidatura ao PAFI, Programa de Apoio Financeiro a Instituições da Câmara Municipal de Sintra, o que permitiu realizar algumas atividades socioculturais, lúdico-recreativas, de motricidade e de estimulação cognitiva, que passamos a ilustrar com um pequeno registo fotográfico.



Atividade de pintura



Atividade semanal de música e dança – acordeão



Atividades cultural com deslocação ao exterior



Atividade cultural



Handwritten signature and initials "MTR" in a circle.

Realização de broas, como atividade com os utentes e uma forma de angariar fundos

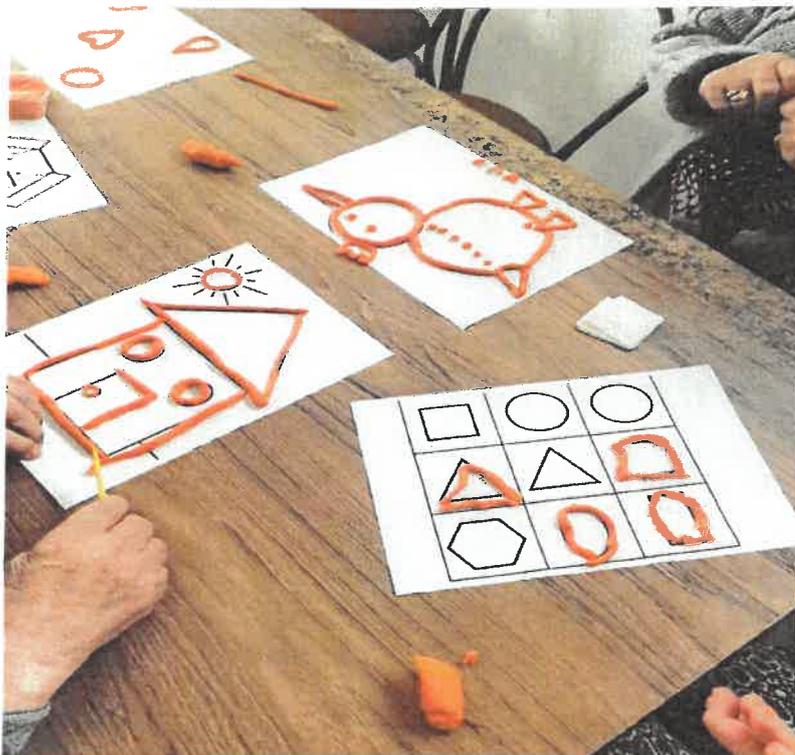


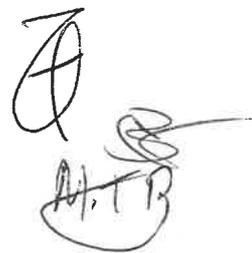
Handwritten signature and the initials "MTR" in a circle.

Atividade Intergeracional



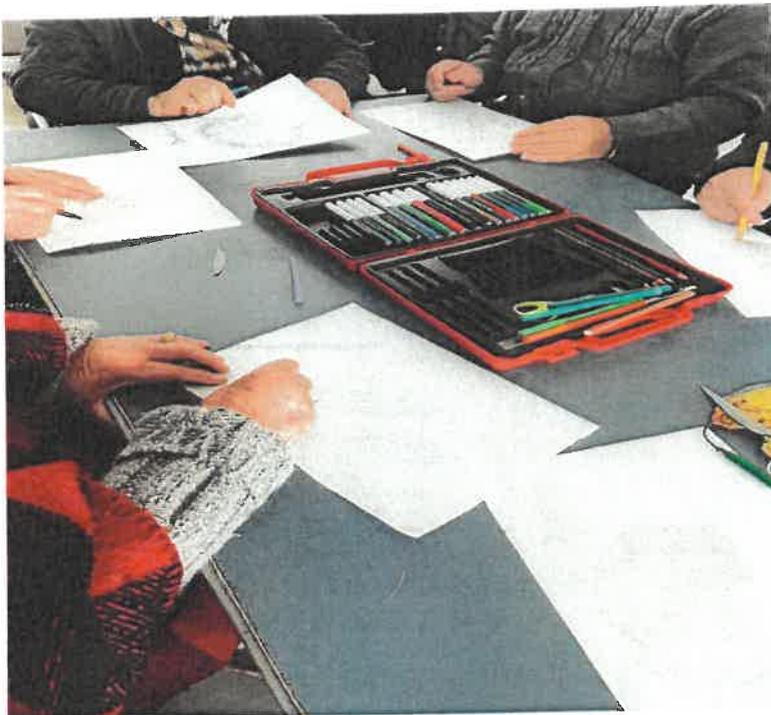
Atividade com plasticina





A handwritten signature and the initials 'M.T.B.' are located in the top right corner of the page.

Atividade de pintura



Atividade cultural

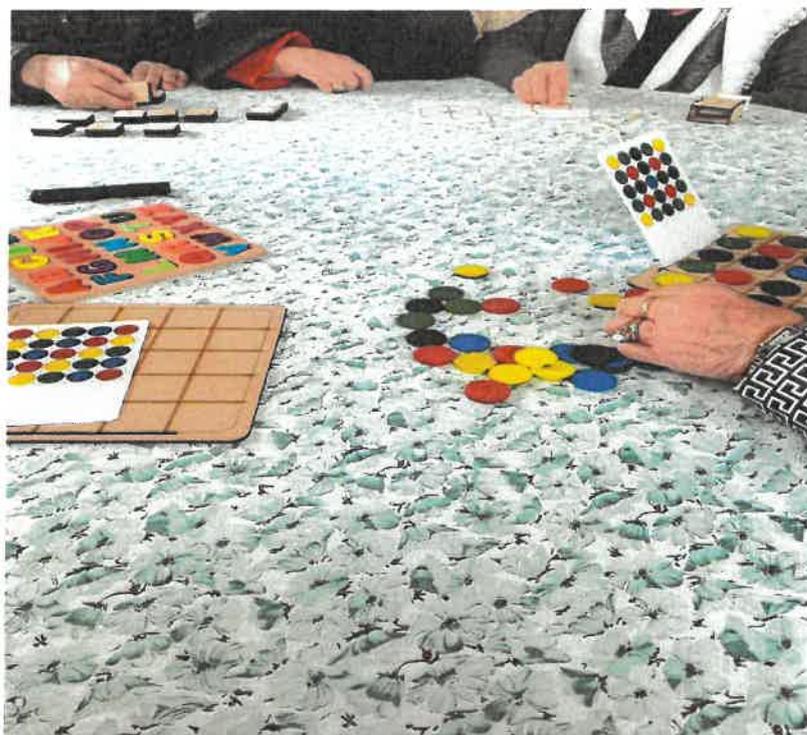


Handwritten signature and the acronym "ARPB" in a circle.

Atividade cultural



Estimulação cognitiva



11/1/24
[Handwritten signature]

Estimulação cognitiva com presença de jovens voluntários



Visita a exposição de artesanato



Atividade física ao ar livre



A prática regular de atividade física é essencial em todas as fases da vida, mas torna-se especialmente importante na terceira idade. Quando realizada ao ar livre, essa prática traz ainda mais vantagens para a saúde física, mental e emocional dos idosos.

Em primeiro lugar, o exercício físico contribui para a manutenção da mobilidade, da força muscular e da flexibilidade, ajudando a prevenir quedas — uma das principais causas de lesões em idosos. Caminhadas em parques, exercícios de alongamento e pequenos exercícios ao ar livre são eficazes para manter o corpo ativo e funcional.

Além dos benefícios físicos, a exposição à luz solar é uma fonte natural de vitamina D, essencial para a saúde óssea e para o fortalecimento do sistema imunológico.

Outro fator importante é o impacto positivo na saúde mental. O contato com a natureza, o ar puro e o ambiente mais calmo e agradável ajudam a reduzir o stress, a ansiedade e os sintomas de depressão. A atividade física ao ar livre também pode ser uma excelente oportunidade de socialização, promovendo o convívio com outras pessoas e combatendo o isolamento social, tão comum nesta fase da vida.

Por fim, a sensação de bem-estar e autonomia proporcionada por essas atividades contribui para o aumento da autoestima e da qualidade de vida dos idosos. Sentirem-se ativos e participativos reforça a confiança e o sentimento de utilidade.

Em suma, a prática regular de atividade física ao ar livre é uma excelente aliada para um envelhecimento saudável e feliz.

Com orientação adequada e respeitando os limites de cada um, os idosos podem usufruir de todos esses benefícios de forma segura e prazerosa.



Em 2024 também “adotamos” a Naná, uma meiga cadelinha, também ela sénior, que estava no Canil Municipal e que nos foi apresentada pelo Dr. Eduardo Quinta Nova, Vereador da CMS.

O convívio com animais de estimação pode trazer inúmeros benefícios para a saúde e bem-estar dos idosos. Cães, gatos ou até pequenos pássaros proporcionam companhia, afeto e uma rotina mais ativa, ajudando a combater a solidão.

Estudos mostram que o contacto com animais pode reduzir os níveis de stress, ansiedade e até a pressão arterial, promovendo uma sensação geral de calma e felicidade. Além disso, cuidar de um animal estimula a responsabilidade, o movimento e o estabelecimento de uma rotina diária, o que é muito positivo nesta fase da vida.

O simples ato de acariciar um animal pode aumentar a produção de hormonas do bem-estar, como a oxitocina, e diminuir o cortisol, associado ao stress. Assim, os animais de estimação tornam-se verdadeiros aliados na promoção de uma vida mais saudável, ativa e emocionalmente equilibrada para os idosos.

A Naná é muito estimada pela equipa e pelos utentes, com alguns elementos preferidos que lhe proporcionam momentos bastante agradáveis, como pequenos passeios ao exterior.

Podemos concluir que o ano de 2024, apesar de tantas dificuldades financeiras e até estruturais, foi um ano importante e de avanço para a Associação, onde existiu envolvimento da equipa, quer por parte da direção, equipa técnica de apoio, equipas de trabalho, voluntários, utentes e famílias, parceiros, amigos e beneméritos, o que permitiu a manutenção da Instituição e a realização de atividades diversas que muito beneficiaram a Associação e os seus utentes.

Obrigado a todos!



Handwritten signature and initials in black ink, consisting of a stylized name above the initials 'ATP'.

CONTAS 2024 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**Associação de Reformados e
Pensionistas S. José de Vila Verde**

Anexo

31 de Dezembro de 2024

Índice

1	Identificação da Entidade.....	6
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	6
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1	Bases de Apresentação	7
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: ...	14
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	14
6	Inventários.....	15
7	Rédito	16
8	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
10	Imposto sobre o Rendimento.....	17
11	Benefícios dos empregados	17
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
13	Outras Informações.....	18
13.1	Investimentos Financeiros	18
13.2	Clientes e Utentes	18
13.3	Diferimentos.....	19
13.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	19
13.5	Fundos Patrimoniais.....	19
13.6	Fornecedores.....	20
13.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
13.8	Outras Contas a Pagar	21
13.9	Subsídios, doações e legados à exploração	21
13.10	Fornecimentos e serviços externos.....	21
13.11	Outros rendimentos e ganhos.....	22
13.12	Outros gastos e perdas.....	22
13.13	Resultados Financeiros.....	22
13.14	Acontecimentos após data de Balanço	23

01 Demonstrações Financeiras - Balanço

ASSOCIAÇÃO DE REF. E PENSION. S. JOSÉ VILA VERDE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2024	31-12-2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		177 720.66	178 033.11
Investimentos financeiros		2 790.34	2 790.34
Subtotal		180 511.00	180 823.45
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Clientes		7 801.50	1 622.50
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros Entes Públicos		-	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Outras contas a receber		-	-
Diferimentos		151.98	136.23
Outros Ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários		2 639.54	18 717.06
Subtotal		10 593.02	20 475.79
Total do Ativo		191 104.02	201 299.24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		-	-
Resultados transitados		123 631.85	142 104.30
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais		-	-
Resultado Líquido do período		(8 662.11)	(18 472.45)
Total do fundo do capital		114 969.74	123 631.85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores		16 543.28	21 632.60
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros Entes Públicos		16 016.23	5 336.24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Acréscimos		-	-
Outras contas a pagar		43 574.77	50 698.55
Outros passivos financeiros		-	-
Subtotal		76 134.28	77 667.39
Total do passivo		76 134.28	77 667.39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		191 104.02	201 299.24

VILA VERDE - SINTRA, 31 de Dezembro 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

02 Demonstrações Financeiras - Demonstração de Resultados

ASSOCIAÇÃO DE REF. E PENSION. S. JOSÉ VILA VERDE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

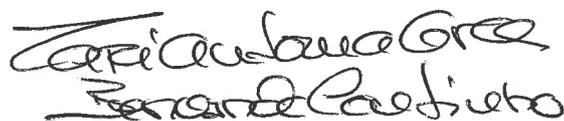
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2024	31-12-2023
Vendas e serviços prestados		286 694.27	264 638.15
Subsídios, doações e legados à exploração		68 683.56	40 265.52
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(47 716.60)	(24 284.15)
Fornecimentos e serviços externos		(70 737.47)	(59 336.51)
Gastos com o pessoal		(221 876.43)	(235 510.19)
Outros rendimentos e ganhos		482.39	0.16
Outros gastos e perdas		(19 857.61)	(651.09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(4 327.89)	(14 878.11)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(4 002.45)	(3 541.20)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(8 330.34)	(18 419.31)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		(331.77)	(53.14)
Resultados antes de impostos		(8 662.11)	(18 472.45)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(8 662.11)	(18 472.45)

VILA VERDE - SINTRA, 31 de Dezembro 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

02 Demonstrações Financeiras - Demonstração de Fluxos Caixa

ASSOCIAÇÃO DE REF. E PENSION. S. JOSÉ VILA VERDE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		280 515.27	285 811.15
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		52 805.92	11 057.11
Pagamentos ao pessoal		219 814.54	235 510.19
Caixa gerada pelas operações		7 894.81	39 243.85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-19 950.56	-7 226.06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-12 055.75	32 017.79
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		3 690.00	
Ativos intangíveis		0.00	
Investimentos financeiros			4 599.05
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-3 690.00	-4 599.05
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		0.00	-17 907.00
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		331.77	53.14
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-331.77	-17 960.14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-16 077.52	9 458.60
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		18 717.06	9 458.60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 639.54	18 717.06

VILA VERDE - SINTRA, 31 de Dezembro 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



1 Identificação da Entidade

A “Associação de Reformados e Pensionistas S. José de Vila Verde” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 73, Série III, DE 26/03/1996, com sede em Rua Fernando Pessoa, Lote 9 e 10 em Vila Verde, Sintra.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Centro de Dia, Centro de Noite e Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo – NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico

As demonstrações financeiras encontram-se apresentadas à moeda de Euro e arredondadas à unidade.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada a informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciaram. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50 Anos
Equipamento básico	6 Anos
Equipamento de transporte	5 Anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6 Anos
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou



utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados:

- a) Ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade;
- b) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao pormenor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.11 Dívidas ao Estado e à Segurança Social:

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2015 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

5 Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

QUADRO I

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	48 166.10	-	-	-	-	48 166.10
Edifícios e outras construções	150 679.52	-	-	-	-	150 679.52
Equipamento básico	10 151.70	-	-	-	-	10 151.70
Equipamento de transporte	39 286.73	4 750.00	-	-	-	44 036.73
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1 009.90	-	-	-	-	1 009.90
Outros Ativos fixos tangíveis	6 194.89	-	-	-	-	6 194.89
Total	255 488.84	4 750.00	-	-	-	260 238.84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	27 122.13	3 013.56	-	-	-	30 135.69
Equipamento básico	4 875.00	-	-	-	-	4 875.00
Equipamento de transporte	39 286.73	-	-	-	-	39 286.73
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1 009.90	-	-	-	-	1 009.90
Outros Ativos fixos tangíveis	6 194.89	527.64	-	-	-	6 722.53
Total	78 488.65	3 541.20	-	-	-	82 029.85

QUADRO II

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	48 166.10	-	-	-	-	48 166.10
Edifícios e outras construções	150 679.52	3 690.00	-	-	-	154 369.52
Equipamento básico	10 151.70	-	-	-	-	10 151.70
Equipamento de transporte	44 036.73	-	-	-	-	44 036.73
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1 009.90	-	-	-	-	1 009.90
Outros Ativos fixos tangíveis	6 194.89	-	-	-	-	6 194.89
Total	260 238.84	3 690.00	-	-	-	263 928.84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	30 135.69	3 013.56	-	-	-	33 149.25
Equipamento básico	4 875.00	-	-	-	-	4 875.00
Equipamento de transporte	39 286.73	-	-	-	-	39 286.73
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1 009.90	-	-	-	-	1 009.90
Outros Ativos fixos tangíveis	6 898.41	988.89	-	-	-	7 887.30
Total	82 205.73	4 002.45	-	-	-	86 208.18

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	25 284.15	-	-	47 716.60	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	25 284.15	-	-	47 716.60	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				25 284.15			47 716.60
Variações nos inventários da produção				-			-

7 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	286 694.27	264 638.15
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	286 694.27	264 638.15

8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2023, nada a relatar.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Instituto de Segurança Social, IP." e Outras Entidades Públicas:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo	2 582.85	-
IEFP	2 582.85	-
ISS - IP	-	-
	-	-
Total	2 582.85	-

Descrição	2024	2023
Subsídios de outras entidades		
CMSintra	17 401.35	5 000.00
Junta Freguesia S. João Lampas/Terrugem	3 500.00	-
Doações e Legados	45 199.36	35 265.52
...	-	-
Total	66 100.71	40 265.52

10 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Imposto sobre o Rendimento

Descrição	2024	2023
IRC Liquidado	-	-
Tributação Autónoma	-	-
Total	-	-

11 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de "17" e em 31/12/2023 foi de "21".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	175 219.97	190 207.63
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	38 949.78	42 102.98
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 073.02	3 199.58
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	571.77	-
Total	219 814.54	235 510.19

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Outros Métodos	2 790.34	2 941.29
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	2 790.34	2 941.29

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Cientes e Utentes c/c	7 801.50	1 622.50
Clientes	-	-
Utentes	7 801.50	1 622.50
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	7 801.50	1 622.50

13.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	975.26	136.23
Eletricidade	140.75	-
...	-	-
Total	1 116.01	136.23
Rendimentos a reconhecer		
Total	-	-

13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2024	2023
Caixa	340.24	17 189.36
Depósitos à ordem	2 299.30	1 527.70
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	2 639.54	18 717.06

13.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	142 104.30		18 472.45	123 631.85
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Resultado do Período		-		(8 662.11)
Total	142 104.30	-	18 472.45	114 969.74

13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	16 543.28	21 632.60
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	16 543.28	21 632.60

13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	617.28	417.40
Segurança Social	15 398.95	4 918.84
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	16 016.23	5 336.24

13.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	3 320.77	-	12 380.99
Remunerações a pagar	-	3 320.77	-	12 380.99
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	40 183.73	-	38 317.56
Outros credores	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	-	43 504.50	-	50 698.55

13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo	2 582.85	-
IEFP	2 582.85	-
ISS - IP	-	-
	-	-
Total	2 582.85	-

Descrição	2024	2023
Subsídios de outras entidades		
CMSintra	17 401.35	5 000.00
Junta Freguesia S. João Lampas/Terrugem	3 500.00	-
Doações e Legados	45 199.36	35 265.52
...	-	-
Total	66 100.71	40 265.52

13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	26 528.77	21 184.36
Materiais	6 474.41	2 161.91
Energia e fluidos	25 823.59	25 609.37
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Serviços diversos (*)	-	-
Rendas e Alugueres	-	-
Comunicação	911.19	1 099.02
Seguros	749.98	807.87
Limpeza Higiene e Conforto	6 660.16	8 223.52
Outros	3 589.37	250.46
Total	70 737.47	59 336.51

13.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Outros rendimentos e ganhos	482.39	0.16
Total	482.39	0.16

13.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	451.28	4.12
Outros Gastos e Perdas	19 406.33	646.97
Total	19 857.61	651.09

Em 2024 procedeu-se à regularização/acerto de valores dos Utentes referentes a saldos de anos anteriores.

13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	331.77	53.14
Total	331.77	53.14
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(331.77)	(53.14)

13.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral em 16/04/2025.

Vila Verde, 16 de Abril de 2025

O Contabilista certificado



A Direção

